



O LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE ERECHIM E SEUS DESDOBRAMENTOS: UM ESTUDO DE CASO

Jesus Rosemar Borges - UNISINOS

Resumo: Este artigo trata do Levantamento da Situação Escolar-LSE no município de Erechim-RS e seus desdobramentos no Plano de Ações Articuladas-PAR, no Termo de Cooperação Técnica celebrado com o MEC e na efetivação das ações previstas. O LSE é uma tecnologia de gestão da rede pública de educação desenvolvida pelo FNDE/MEC, o qual visa assegurar o cumprimento dos Padrões Mínimos de Funcionamento da Escola-PMFE e certificar a rede física prevista no PAR dos municípios ou estados. O LSE detecta as necessidades de reforma e ampliação de prédios escolares e de aquisição de mobiliário e equipamento. O objetivo dessa investigação foi conhecer a experiência e os resultados obtidos no primeiro município do RS a aderir a esse diagnóstico. Percebe-se que houve muita dificuldade na realização do diagnóstico, devido à falta de equipe especializada e, como consequência, o diagnóstico foi realizado pela direção das escolas. Dos 14 indicadores do PAR diagnosticados pelo LSE, 10 representam situações insatisfatórias e são considerados passíveis de geração de ações a serem apoiadas pelo MEC.

Palavras-chave: Levantamento da situação escolar; infraestrutura física; Erechim/RS.

Introdução

O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (COMPROMISSO) é um programa estratégico do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), instituído pelo Decreto 6.094 de 24 de abril de 2007, o qual dispõe sobre a implementação do COMPROMISSO, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.

Saviani (2009, p. 5) considera esse decreto o dispositivo legal que põe em vigência o PDE, o qual abriga praticamente todos os programas em desenvolvimento pelo MEC.

Na opinião de dirigentes do MEC em notícia veiculada em sua página eletrônica, o COMPROMISSO

[...] inaugurou um novo regime de colaboração, conciliando a atuação dos entes federados sem lhes ferir a autonomia, envolvendo primordialmente a decisão política, a ação técnica e atendimento da demanda educacional, visando à melhoria

dos indicadores educacionais. Sendo um compromisso fundado em vinte e oito diretrizes e consubstanciado em um plano de metas concretas e efetivas, compartilha competências políticas, técnicas e financeiras para a execução de programas de manutenção e desenvolvimento da educação básica.

Para Saviani (2009, p. viii), o PDE é “a mais ousada, promissora e também polêmica política educacional formulada pelo MEC”, pois envolve muitas ações e busca atingir indicadores educacionais equiparados aos patamares dos países mais desenvolvidos no mundo.

Porém, Haddad (2007, p. 11) considera que a União, “a partir do PDE assumiu maiores compromissos – inclusive financeiros – e colocou à disposição dos estados, do Distrito Federal e dos municípios instrumentos eficazes de avaliação e de implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação, sobretudo da educação básica pública”. Assim, o MEC acredita ser esta uma estratégia importante e eficiente para elevação dos índices de qualidade da educação brasileira.

Considerando-se o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é possível verificar (Tabela 1) que estão havendo avanços, a partir de 2005, ano em que este foi colocado em prática. O IDEB se refere aos resultados dos sistemas em termos de rendimento escolar e eficiência do fluxo escolar, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (PROVA BRASIL).

Tabela 1. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Ano	Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	IDEB Observado	Metas	IDEB Observado	Metas	IDEB Observado	Metas
2005	3,8	-	3,5	-	3,4	-
2007	4,2	3,9	3,8	3,5	3,5	3,4
2009	4,6	4,2	4,0	3,7	3,6	3,5
2011	-	4,8	-	4,2	-	4,1

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)

O COMPROMISSO estabelece um plano de metas de qualidade a serem alcançadas e o IDEB foi criado para a definição dessas metas. A meta estabelecida para o Brasil até 2022 é a de um IDEB igual ou superior a 6,0 para as séries iniciais do Ensino Fundamental, 5,5 para as séries finais do Ensino fundamental e 5,2 para o Ensino Médio. A fixação da média seis a ser alcançada para as séries iniciais do Ensino Fundamental considerou o resultado obtido

pelos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), quando se aplica a metodologia do IDEB em seus resultados educacionais. Seis foi a nota obtida pelos países desenvolvidos que ficaram entre os 20 mais bem colocados do mundo.

Entretanto, para o país atingir esse expressivo resultado, torna-se imperativo promover avanços significativos nas condições de oferta da educação. Assim, faz-se necessário buscar o conhecimento da realidade escolar e estabelecer os padrões mínimos necessários para o seu funcionamento para, a partir daí, aplicar medidas que visem à melhoria da qualidade do ensino.

Em junho de 1998, através do Acordo de Empréstimo nº 7122/BR/BIRD entre o FNDE e o Banco Mundial, teve início a primeira fase do Fundo de Fortalecimento da Escola (FUNDESCOLA), que foi um programa destinado à melhoria da qualidade do ensino fundamental das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste (FNDE-LSE, 2006, p. 5), o qual perdurou por três anos e depois foi renovado por mais duas edições. O referido programa estabeleceu os Padrões Mínimos de Funcionamento (PMFE) das Escolas Públicas do Ensino Fundamental.

Embora o projeto tenha sido finalizado, as ações ou produtos por ele desenvolvidos continuaram a ser implementados e passaram a ter abrangência nacional, atendendo também às regiões Sul e Sudeste.

O FNDE (2006, p. 5), destaca no Manual de implantação do FUNDESCOLA que

O PMFE expressa a presença de um conjunto de insumos e condições necessários para a realização das atividades escolares – instalações físicas, equipamentos, recursos pedagógicos, recursos humanos, currículo e gerenciamento. Aparentemente simples, o conceito envolve, na verdade, um amplo conjunto de condições humanas, materiais e organizacionais ou de insumos e processos. São as condições básicas e o conjunto de insumos necessários para a realização dos serviços escolares essenciais e para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra de forma adequada.

Assim, o objetivo de identificação dos PMFE é preparar o ambiente escolar para o desenvolvimento da educação, pois, muitas vezes, não há correspondência no desempenho dos alunos devido à precariedade das condições de oferta dos serviços escolares.

O Índice PMFE é balizador da situação em que se encontram as redes de escolas públicas de educação básica, analogamente IDEB. Enquanto o PMFE se refere à qualidade

dos insumos educacionais disponíveis nessas escolas, este se refere aos resultados dos sistemas em termos de aprendizagem e eficiência do fluxo escolar.

Para subsidiar a definição dos PMFE, o FNDE-PMFE (2006, p. 7) estabeleceu o foco nos “serviços aos quais todo e qualquer aluno tem direito, independentemente dos meios adotados pelas escolas e pelos sistemas de ensino para ofertá-los”. Para tanto, foram selecionados os seguintes serviços:

a) Com foco direto no aluno: docência, promoção do acesso à informação, apoio educacional, alimentação, saúde e higiene e promoção da convivência;

b) Com foco indireto no aluno: suporte pedagógico à docência, administração, manutenção, conservação e segurança e integração com a comunidade.

O FNDE define serviços como os produtos oferecidos pela escola a alunos, pais, professores, funcionários e comunidade local. Para a prestação desses serviços é preciso realizar as funções que são etapas do processo de oferta do serviço, ou seja, é preciso que elas sejam executadas para viabilizar a oferta do serviço. Por exemplo, planejar aulas e desenvolver aulas são duas funções essenciais para a oferta do serviço de docência. Por fim, cada função pode ser dividida em partes específicas que são as atividades, ou seja, são as ações necessárias para dar sentido a cada uma das funções. Por exemplo, o serviço de alimentação é viabilizado pela função de preparo dos alimentos em que são executadas as atividades de desembalar, higienizar e preparar tais alimentos.

Para permitir a realização das atividades que dão conteúdo às funções que, por sua vez, viabilizam a oferta dos serviços é necessária a disponibilidade de ambientes adequados. Ambiente é o espaço físico criado e organizado para abrigar as mais diversas atividades de indivíduos e grupos. Em se tratando de escola, são os espaços educativos organizados, com móveis e equipamentos.

A qualidade na oferta dos serviços escolares depende muito das políticas estabelecidas pelos órgãos mantenedores dos estabelecimentos de ensino, principalmente relacionadas à destinação de recursos financeiros para adequação ou modernização dos ambientes. Assim, não basta a escola dispor de um projeto pedagógico que contemple um currículo bem estruturado se a mesma não tem condições de cumpri-lo, o que acaba causando a redução da qualidade do ensino ofertado e prejudicando o aprendizado, pois o desempenho educacional dos alunos sofre influência decisiva da qualidade das escolas que frequentam.

As avaliações em larga escala dão conta de diagnosticar o rendimento escolar que, por si só não basta, tendo em vista que ocorre num espaço específico, no qual ocorrem interações pedagógicas e avaliativas, relações interpessoais e hierárquicas. Além disso, esse rendimento

escolar é dependente das condições em que se encontra a infraestrutura física, o mobiliário, os equipamentos e os materiais didáticos. Para conhecer essa realidade escolar, é necessário realizar processos de avaliação da situação escolar focados na infraestrutura e nos serviços prestados pela escola para permitir uma comparação destes com os padrões mínimos de funcionamento.

Assim, o FNDE desenvolveu o sistema de Levantamento da Situação Escolar, o qual se constitui em uma tecnologia informatizada de diagnóstico da situação escolar e disponibilizada às redes públicas de ensino para o levantamento de informações referentes às condições físicas dos ambientes escolares, disponibilidade de mobiliário, equipamento, material didático, recursos humanos e acessibilidade das escolas, bem como atualização de dados cadastrais, dominialidade do imóvel, serviços de infraestrutura e acesso à informática. Esse diagnóstico visa identificar o nível de cumprimento dos índices que compõem os PMFE de cada unidade da rede. A partir desse levantamento, são emitidos relatórios de suporte à gestão das redes escolares, estimando as necessidades e os investimentos necessários à sua adequação e melhoria (Rodrigues, 2010, p. 6).

O Decreto 6094/07 estabelece que o planejamento para adequação e melhoria das redes escolares deve ser sistematizado em um Plano de Ações Articuladas (PAR), que é o conjunto articulado de ações, apoiado técnica ou financeiramente pelo MEC, que visa o cumprimento das metas do COMPROMISSO e a observância das suas diretrizes. O PAR, elaborado a partir dos resultados do LSE, é a base para um termo de convênio ou de cooperação, firmado entre o MEC e o ente apoiado.

A dinâmica do PAR tem três etapas: o diagnóstico da realidade da educação e a elaboração do plano são as primeiras etapas e estão na esfera do município/estado. A terceira etapa é a análise técnica, feita pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação e pelo FNDE. Depois da análise técnica, o município assina um termo de cooperação com o MEC, do qual constam os programas aprovados e classificados segundo a prioridade do ente da federação. O termo de cooperação detalha a participação do MEC – que pode ser com assistência técnica por um período ou pelos quatro anos do PAR e assistência financeira. No caso da transferência de recursos, o ente da federação precisa assinar um convênio, que é analisado para aprovação a cada ano.

O PAR, subsidiado pelas informações obtidas pelo LSE, está estruturado em quatro grandes dimensões:

1. Gestão Educacional.
2. Formação de Professores e dos Profissionais de Serviço e Apoio Escolar.

3. Práticas Pedagógicas e Avaliação.

4. Infra-estrutura Física e Recursos Pedagógicos.

Cada dimensão é composta por áreas de atuação, e cada área apresenta indicadores específicos. Esses indicadores são pontuados segundo a descrição de critérios correspondentes a quatro níveis. A pontuação gerada para cada indicador é fator determinante para a elaboração do PAR, ou seja, na metodologia adotada, apenas critérios de pontuação 1 e 2, que representam situações insatisfatórias ou inexistentes, podem gerar ações. A seguir detalha-se melhor a definição de cada critério de pontuação nos quatro níveis:

- a) *Critério de Pontuação 4*: a descrição aponta para uma situação positiva. O que a SME faz cotidianamente é suficiente para manter uma situação favorável;
- b) *Critério de Pontuação 3*: a descrição aponta para uma situação que apresenta mais aspectos positivos do que negativos, significando que o município desenvolve, parcialmente, ações que favorecem o bom desempenho no indicador em questão. A SME pode ajustar algum procedimento interno ou implementar alguma ação para melhorar a situação do indicador;
- c) *Critério de Pontuação 2*: a descrição aponta para uma situação insuficiente, com mais aspectos negativos do que positivos. Em geral o município precisará implementar um conjunto de ações (que no PAR chamam-se “subações”) para melhorar os resultados do indicador. Essas subações poderão ser de execução pelo próprio município, ou contar com o apoio técnico e/ou financeiro do Ministério da Educação;
- d) *Critério de Pontuação 1*: a descrição aponta para uma situação crítica. O município precisará implementar um conjunto de ações imediatas (que no PAR chamam-se “subações”) para melhorar os resultados do indicador. Essas subações poderão ser de execução pelo próprio município, ou contar com o apoio técnico e/ou financeiro do Ministério da Educação.

O relatório disponibilizado, a partir do LSE, apresenta as seguintes informações:

1. Síntese por indicador: resultado detalhado da realização do diagnóstico.
2. Síntese da dimensão: resultado quantitativo da realização do diagnóstico.
3. Síntese do PAR: apresenta o detalhamento das ações e subações selecionadas por cada estado ou município.
4. Termo de Cooperação: apresenta a relação de ações e subações que contarão com o apoio técnico do Ministério da Educação.
5. Liberação dos recursos: apresenta a relação de ações que geraram convênio, ou seja, a liberação de recursos financeiros.

O LSE pode ser realizado por equipes de técnicos das Secretarias Municipal e Estadual de Educação ou outros órgãos parceiros. A Resolução nº 15, de 7 de junho de 2010 do MEC atribui à Diretoria de Programas e Projetos Educacionais (DIRPE) do FNDE a missão de disseminar o LSE, em parceria com as Universidades Federais, os Institutos Federais de Educação e as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, mediante a promoção de eventos de capacitação de pessoal, produção de materiais instrucionais a serem distribuídos para estados e municípios. O FNDE orienta que as equipes de campo devam ser compostas por profissionais da área de engenharia civil ou arquitetura, pedagogia e informática. Além dessas equipes de campo, é necessário constituir uma equipe de escritório formada por desenhistas ou projetistas que farão os projetos arquitetônicos das escolas e o lançamento dos dados levantados a campo no sistema informatizado do LSE.

A partir dos dados validados, o FNDE com o auxílio de seus consultores faz uma análise e calcula os índices de cada levantamento, que posteriormente serão comparados com os PMFE.

Com isso, o ente apoiado poderá elaborar o seu PAR e pleitear recursos federais para melhoria dos índices obtidos nos diversos indicadores a serem avaliados, considerando que a aplicação do LSE é pré-requisito para que estados e municípios possam pleitear recursos para reforma, ampliação e construção de unidades escolares através de várias linhas de financiamento junto ao FNDE, bem como diretamente ao Ministério da Educação.

A realização do LSE por equipes especializadas externas à Escola pode ser a garantia da veracidade dos dados levantados. Segundo Saviani (2009, p. 1), as manifestações contrárias, por ocasião do lançamento do PDE, se referiam à falta de clareza dos mecanismos de controle, alegando a possibilidade de as administrações dos entes federados manipularem esses dados para garantir o recebimento de recursos. Como consequência, essa atitude poderia mascarar o desempenho efetivo e prejudicar a busca pela melhoria da qualidade.

Embora a realização do LSE seja um pré-requisito para os entes federativos receberem apoio técnico e financeiro do Governo Federal, muitos estados e municípios ainda não iniciaram as atividades relacionadas a esse diagnóstico. O Governo do Estado do Rio Grande do Sul aderiu ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação no ano em que o plano foi lançado pelo Governo Federal, ou seja, em 2007, porém somente em 2011, o governo gaúcho, ao lançar o Pacto Gaúcho Todos pela Educação, através do Decreto 47.789, de 07 de abril de 2011, assinou um protocolo de intenções com o MEC, onde uma das ações previstas é a aplicação do LSE na rede estadual de ensino, com o início previsto para o ano de 2012.

Em relação à rede municipal de ensino do Rio Grande do Sul, até o primeiro semestre de 2011, apenas 170 municípios gaúchos já haviam realizado o LSE nas suas respectivas redes e o primeiro município a adotar essa medida foi o Município de Erechim (Dra. Olga Bento, coordenadora do LSE no âmbito do FNDE).

Com base nessas informações decidiu-se desenvolver um estudo de caso no município de Erechim, por ter sido o primeiro no estado a aplicar o LSE, cujo cronograma oficial compreendendo a capacitação da metodologia, a execução do diagnóstico, a elaboração do PAR, a celebração do termo de cooperação técnica com o MEC e a execução das ações de melhoria teriam ocorrido entre os anos de 2009 e 2011.

Portanto, a presente investigação teve como objetivo conhecer a realidade da rede municipal de educação de Erechim-RS, no que concerne aos processos de planejamento e execução das ações referentes ao LSE e seus desdobramentos em termos de elaboração do PAR e a consequente celebração do Termo de Cooperação Técnica com o MEC para apoio e implantação de ações de melhoria das condições de funcionamento das escolas municipais.

As informações foram obtidas através da realização de entrevista gravada com o Secretário Municipal de Educação, Prof. Anacleto Zanella e entrevista manuscrita com a Secretária Adjunta, Prof. Juliane Bonez, além de consulta a documentos do MEC, pesquisa nas páginas eletrônicas da prefeitura e do MEC (FNDE e INEP) e notícias relacionadas à educação divulgadas pela prefeitura. Nas entrevistas foi solicitado que os gestores explanassem de forma livre informações sobre dificuldades, histórico, metodologia, planilha dos dados e resultados.

Caracterização do município de Erechim

O município de Erechim situa-se na região Norte do Rio Grande do Sul, mais especificamente na região denominada de Alto Uruguai e apresenta uma população estimada de 97.916 habitantes, o que coloca o município na vigésima primeira posição em termos populacionais no Rio Grande do Sul. A densidade demográfica equivale a 216 habitantes e a população urbana soma 94,8% e a rural 5,2%.

A estrutura etária tem pouca participação de jovens e idosos e, conseqüentemente, maior por parte de adultos, que somam 65,9% da população.

A zona urbana é dividida em, pelo menos, dez bairros mais centrais, considerados nobres e cuja população é de classe média e alta; os outros bairros mais periféricos são também em torno de dez e os seus habitantes apresentam menores índices médios econômicos

por família. Segundo informações oficiais da prefeitura, a cidade de Erechim não possui favelas.

Quanto aos aspectos relacionados à renda e à pobreza, o município possui um nível médio e situa-se na 96ª posição no ranking estadual. Em uma comparação aos anos anteriores, em 1991 figurava no 30º lugar e em 2000 no 75º.

Conforme informações disponibilizadas no *site* da prefeitura de Erechim, em termos educacionais, pode-se observar que há um número significativo de instituições de ensino atuando no município, conforme a seguir:

- 05 instituições de ensino superior, sendo três públicas e duas privadas;
- 05 escolas privadas de educação básica;
- 05 escolas estaduais de ensino médio;
- 16 escolas estaduais urbanas de educação fundamental;
- 07 escolas estaduais rurais de educação fundamental;
- 06 escolas municipais de educação fundamental;
- 07 escolas municipais de educação infantil;
- 01 escola municipal de belas artes.

Segundo dados do Censo do IBGE (2010), a população do município, considerando-se as faixas etárias que possivelmente demandariam atendimento educacional é a seguinte:

- Creche e pré-escola (0 a 05 anos): 6.727 habitantes;
- Ensino Fundamental (06 a 14 anos): 11.877 habitantes;
- Ensino Médio (15 a 17 anos): 4.511 habitantes;
- Ensino Superior (18 a 24 anos): 11.864 habitantes ou estendendo-se a faixa etária até os 34 anos daria um total de 28.680 habitantes.

Convém ressaltar que a taxa de escolarização líquida no município de Erechim é 94,50% para o Ensino Fundamental (7 a 14 anos) e de 50,70% para o Ensino Médio (15 a 17 anos).

Segundo informações demográficas e educacionais disponibilizadas pelo FNDE, o município de Erechim apresentava, em termos de número de matrículas regulares na educação básica, somando-se as redes estadual e municipal, no ano de 2010, a seguinte situação:

- Creche e pré-escola: 2.181 matrículas;
- Ensino Fundamental: 10.568 matrículas;
- Ensino Médio: 3150 matrículas.

Além do ensino regular, há a oferta de educação de jovens e adultos, cujos quantitativos de matrícula por etapa, no mesmo ano, eram os seguintes:

- Ensino Fundamental: 635 matrículas;
- Ensino Médio: 252 matrículas.

A seguir, algumas notícias veiculadas pela prefeitura municipal, as quais apresentam um panorama das principais ações atuais do poder público local:

No início de 2012 a Prefeitura Municipal anunciou a criação de 1100 novas vagas para a educação infantil, cuja perspectiva da gestão atual é chegar em 2013 com 1365 novas vagas. Conforme os dados sobre o atendimento da Educação Infantil em Erechim levantados pelo Tribunal de Contas do Estado, em 2010, o município está acima da média estadual e nacional. Também atingiu e superou a meta estabelecida para o atendimento em idade de Pré-Escola que é de 80% . Ainda em 2010 a taxa de atendimento chegou a 85,53%. No mesmo ano atingiu a taxa de atendimento de 27,76% das crianças em idade de creche (0 a 3 anos).

Outro aspecto educacional bastante relevante sobre o município de Erechim é a implantação da educação em tempo integral. No ano letivo de 2012, em pelo menos 3 escolas municipais há alunos matriculados em turno integral, onde os estudantes da escola passarão a ter diversas outras atividades como informática, música, canto coral, leitura, desenho, fotografia, jornal escolar, rádio escolar, atletismo, basquete, futsal, karatê, xadrez, banda fanfarra e reforço nas disciplinas de português, ciências e matemática (Zanella, 2012).

Também em 2012, o município lançou o projeto Um Computador Por Aluno (projeto UCA), em que mais de 500 estudantes da escola passarão a ter o computador como ferramenta de estudo. Este projeto criado pelo Governo Federal tem por objetivo a inclusão digital dos estudantes e a utilização do computador como ferramenta de ensino nas escolas, o qual complementa o projeto Um Computador Por Professor, inaugurado em 2011 no município, em que todos os professores das escolas municipais já receberam seu próprio computador para prepararem aulas e atividades para os alunos. Ainda em 2012, todas as escolas da rede municipal deverão ser equipadas com internet wireless, possibilitando assim que as atividades em sala de aula sejam realizadas com auxílio destas.

Segundo o secretário municipal de Educação, Anacleto Zanella, “o projeto deverá atender, ao todo, aproximadamente 4 mil alunos das escolas da rede municipal”.

Atendendo à demanda da Entidade, no início de 2012 a prefeitura realizou doação de um ônibus escolar para a APAE, com rampa de acesso para deficientes físicos, além de bancos e corredores espaçosos e equipamentos de segurança necessários.

Recentemente houve a implantação do novo plano de carreira para o magistério do sistema municipal de ensino, garantindo aumento real de 12% a cada um dos professores.

Em 2011, a prefeitura implantou um programa de reforço para preparar os estudantes do 3º Ano do Ensino Médio ou para quem já concluiu o Ensino Médio que pretendem prestar vestibular ou o Exame Nacional do Ensino Médio, denominado de Pré-Enem. O referido programa recebeu um certificado de reconhecimento na edição do Prêmio Gestor Público, em Porto Alegre pelo incentivo à educação e à possibilidade de preparar alunos das escolas públicas de Erechim para o Enem. No ano passado foram 600 alunos assistidos pelo programa e em 2012 esse número será ampliado para 800 alunos.

Execução do LSE no município: cronograma e principais dificuldades

Segundo o Secretário Anacleto Zanella, a capacitação sobre o Levantamento da Situação Escolar foi proporcionada através do Consórcio Intermunicipal da Região do Alto Uruguai. Esse consórcio é formado por 24 municípios e foi criado para assessorar as prefeituras no processo de relação com o Governo Federal.

A partir da capacitação municipal e regional, o município de Erechim criou uma comissão de servidores da Secretaria de Educação, representantes dos setores administrativo, obras e informática educativa para se responsabilizar pelo LSE e pelo PAR, já que o diagnóstico e o plano tem uma relação muito estreita. Esta comissão alimenta o sistema informatizado do LSE, de forma permanente, entretanto a equipe não tem conseguido ter uma atuação mais efetiva, devido às diversas demandas e projetos aos quais está envolvida.

Portanto, uma equipe da secretaria de educação obteve capacitação fornecida pelo FNDE, essa equipe repassou as informações para as escolas e o levantamento foi realizado pela direção das escolas e por um agente executivo.

De acordo com o Secretário, há a necessidade de regularização (planta arquitetônica e documentação) de todos os prédios das 15 escolas municipais, mas a secretaria não dispõe de servidores suficientes para atenderem essa demanda.

A gestão municipal atual (2009-2012) iniciou o ano de 2009 sem PAR, então foi preciso realizá-lo às pressas devido ao cronograma estabelecido pelo Governo Federal. Foi também nesse período que começaram as atividades do LSE.

O PAR de 2011 já foi realizado com base nos resultados do LSE, mas, na opinião do Secretário, são resultados precários, mesmo que o município tenha realizado o LSE, tenha alimentado o sistema e tenha feito o convênio com o MEC, pois há um sentimento na equipe

que ainda é necessário avançar mais, principalmente na designação de equipe especializada e capacitada para esse fim.

O convênio firmado com o MEC já demonstra alguns resultados em algumas áreas, como por exemplo, o município conseguiu mais duas escolas pelo PAR, no programa Pró-infância. Outro exemplo, dentro do programa Mais Educação, foi diagnosticado que o município precisa de mais uma quadra de esportes, devido à implantação do turno integral, então a quadra de esportes é muito utilizada pelos alunos, entretanto, o projeto não foi aprovado pelo MEC, porque a prioridade de apoio é para as escolas que ainda não dispõem de nenhuma quadra de esportes.

Um aspecto importante levantado pelo Secretário é em relação à regularização dos imóveis escolares (plantas arquitetônicas e documentação), pois “se a escola estivesse regularizada, ou seja, com toda a documentação em dia, facilitaria o trâmite de qualquer projeto, caso contrário há dificuldade na sua aprovação”.

Principais resultados, discussões e algumas conclusões

O Relatório Público disponibilizado pelo FNDE no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC) está estruturado em 7 páginas eletrônicas da seguinte forma: Apresentação, Síntese do indicador do PAR, Síntese da dimensão do PAR, Síntese do PAR, Termo de Cooperação, Liberação de Recursos (FNDE) e Indicadores Demográficos e Educacionais.

O diagnóstico feito na rede municipal de educação de Erechim mostra (Tabela 2) a situação das quatro dimensões estruturadas no PAR, sendo que apenas critérios de pontuação 1 e 2, que representam situações insatisfatórias ou inexistentes, podem gerar ações.

Tabela 2: Síntese dos indicadores do PAR no município de Erechim/RS.

Critérios de pontuação	Quantidade de indicadores em cada uma das quatro dimensões			
	Gestão Educacional	Formação de Professores e de Profissionais de Serviços e Apoio Escolar	Práticas Pedagógicas e Avaliação	Infra-Estrutura Física e Recursos Pedagógicos
1	2	4	3	0
2	10	2	2	10
3	8	2	1	4
4	0	2	2	0

Fonte: (SIMEC, 2011)

Com base nos dados apresentados na tabela 2, pode-se observar que o município de Erechim apresentou 33 situações insatisfatórias ou inexistentes em um total de 52 indicadores.

A partir da realização do LSE e da elaboração do PAR, o Município de Erechim firmou um Termo de Cooperação Técnica com o MEC, tendo por objeto a conjugação de esforços entre as partes para a promoção de ações e atividades que contribuam para o processo de desenvolvimento educacional do município, visando a melhoria do seu IDEB (Tabela 3).

Tabela 3. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Município de Erechim/RS.

Ano	Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental	
	IDEB Observado	Metas	IDEB Observado	Metas
2005	4,0	-	3,7	-
2007	4,5	4,1	4,1	3,7
2009	4,5	4,4	4,1	3,9
2011	-	4,8	-	4,1

Fonte: (INEP, 2011)

O referido Termo previu diversas ações de assistência técnica do MEC ao Município Erechim, nas seguintes dimensões:

- a) Gestão Educacional: nove ações, dentre capacitações e disponibilização de recursos financeiros;
- b) Formação de Professores e de Profissionais de Serviços e Apoio Escolar: 53 ações, dentre capacitações, qualificações e disponibilização de material para capacitação;
- c) Práticas Pedagógicas e Avaliação: 2 ações de capacitação
- d) Infra-Estrutura Física e Recursos Pedagógicos: 12 ações, dentre disponibilização de material pedagógico, capacitação e implantação de tecnologias.

Considerando-se que o LSE é um instrumento chave a ser utilizado na discussão da dimensão do PAR que trata da Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos apresenta-se a Tabela 4, onde estão sistematizadas todas as áreas dessa dimensão com seus respectivos indicadores, as pontuações obtidas e os critérios para a sua definição.

Tabela 04: Quadro síntese do diagnóstico da situação educacional referente à Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos.

Dimensão	Área	Indicador	Pontuação	Critério
4. Infraestrutura física e recursos pedagógicos	1. Instalações físicas gerais	1. Biblioteca: instalações e espaço físico	2	As instalações da biblioteca não permitem a organização e armazenamento do acervo; não existe espaço suficiente para estudos individuais e em grupo.
		2. Existência e funcionalidade de laboratórios (informática e ciências)	2	Desativados por falta de equipamentos.
		3. Existência e conservação de quadra de esportes	2	Menos de 50% das escolas da rede possui quadra de esportes e estas necessitam de reparos, pois colocam em risco a segurança dos usuários.
		4. Existência e condições de funcionamento da cozinha e refeitório	2	Parte das escolas da rede possui cozinha, mas estas não estão devidamente equipadas; o estado de conservação dos equipamentos é ruim; os espaços para o armazenamento dos alimentos são pouco adequados; as escolas não dispõem de refeitório.
		5. Salas de aula: instalações físicas gerais e mobiliário	2	As instalações para o ensino atendem, minimamente, as dimensões para o número de alunos, a acústica, iluminação, ventilação e limpeza. O mobiliário está em péssimas condições de utilização.
		6. Condições de acesso para	2	As instalações das escolas são parcialmente adequadas às

		peças com deficiência física		condições de acesso para PcD, com poucas rampas de acesso. Ausência de um planejamento da SME.
		7. Adequação, manutenção e conservação geral das instalações e equipamentos	3	50% ou mais das instalações e equipamentos das escolas são adequados ao fim a que se destinam e estão em bom estado de conservação.
	2. Integração e expansão do uso de tecnologias da informação e comunicação na educação pública	1. Existência de computadores ligados à rede mundial de computadores e utilização de recursos de informática para atualização de conteúdos e realização de pesquisas	2	Parte das escolas da rede possui apenas um computador ligado à rede mundial de computadores, cada; sua utilização fica restrita à direção e à secretaria da escola.
		2. Existência de recursos audiovisuais	3	Parte das escolas da rede possui sala específica de vídeo equipada com TV, Vídeo/DVD e equipamento multimídia e tem disponíveis materiais pedagógicos, porém pouco atualizados, para utilização destes recursos.
	3. Recursos pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que	1. Suficiência e diversidade do acervo bibliográfico	2	Acervo inadequado para uma ou mais etapas de ensino; não atende necessidades dos alunos e professores.
		2. Existência, suficiência e diversidade de materiais pedagógicos (mapas, jogos, dicionários, brinquedos)	3	Parte (mais de 50%) das escolas da rede possui, materiais pedagógicos diversos (mapas, jogos, dicionários, brinquedos), porém a quantidade existente não atende plenamente a necessidade de alunos e professores.

	considerem a diversidade das demandas educacionais	3. Suficiência e diversidade de equipamentos esportivos	2	Parte das escolas da rede possuem equipamentos e materiais esportivos. Estes não estão em bom estado de conservação e a quantidade é insuficiente para o desenvolvimento de práticas desportivas.
		4. Existência e utilização de recursos pedagógicos que considerem a diversidade racial, cultural, de pessoas com deficiência.	2	Os recursos pedagógicos existentes consideram, em parte, a diversidade racial, cultural e de pessoas com necessidades educacionais especiais, mas raramente são utilizados. Estes recursos não refletem uma política da SME para a valorização da diversidade no espaço escolar.
		5. Confeção de materiais didáticos diversos	3	Professores, coordenadores ou supervisores pedagógicos e alunos, eventualmente confeccionam materiais didáticos e pedagógicos diversos. A SME estimula essa prática, mas não oferece cursos de capacitação e eventualmente fornece os recursos materiais necessários.

Fonte: adaptado de FNDE (2012)

Conforme a tabela 04, dos 14 indicadores relacionados à infraestrutura física e recursos pedagógicos, os quais são diagnosticados através da aplicação do LSE, 10 representam situações insatisfatórias ou inexistentes, sendo, portanto considerados passíveis de geração de ações a serem apoiadas técnica e financeiramente pelo MEC.

Considerando os projetos em implantação pela gestão atual do município, percebe-se que muitas melhorias ainda carecem de apoio e atenção pelo poder público para que possam funcionar com qualidade. Dentre os quais, podem-se destacar alguns:

- O município está implantando a escola integral, mas a rede apresenta deficiências nas instalações de cozinha, há falta de quadra de esportes, entre outros;
- Para o projeto UCA funcionar plenamente, é necessário investir em equipamentos de informática e realizar instalações de rede lógica;
- A ampliação de vagas escolares ficará comprometida se não houver investimento em equipamentos e mobiliários escolares, além de melhorias na acústica, iluminação e ventilação das salas de aula.

Porém, faz-se necessário reconhecer que há um grande comprometimento da atual administração municipal na busca de soluções para melhorar a qualidade do ensino na sua rede e também no apoio a outras iniciativas educacionais que venham a beneficiar a formação profissional da população em geral. Isso pode ser constatado nas inúmeras notícias divulgadas em seu *site* oficial, referentes aos projetos educacionais em execução ou em implantação. Por outro lado, para que essa política pública nacional de apoio aos entes federados seja executada com qualidade, faz-se necessário que a Secretaria de Educação constitua equipes especializadas conforme determina o FNDE, pois a aplicação correta desse sistema de levantamento da situação escolar, pode contribuir para a obtenção de resultados positivos e permitir o planejamento preciso das ações que visam a recuperação e a melhoria da qualidade do ensino.

Referências

BRASIL. Decreto N. 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2007.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/MEC. Levantamento da Situação Escolar. **Manual Operacional**. Brasília, 2006.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/MEC. Padrões Mínimos de Funcionamento da Escola: ambiente físico escolar. **Manual de Implantação**. Brasília, 2006.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **IDEB e outros indicadores por escola**. Disponível em: http://ideb.inep.gov.br/Site/download_1.php . Acesso em: 20 jul. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br> . Acesso em: 20 jul. 2011.

BRASIL. Resolução n. 15, de 07 de junho de 2010. Aprova o critério de utilização dos resultados do LSE como exigência para a aprovação das ações de apoio da União aos entes federativos que aderiram ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 16 e 17, 08 jun. 2010.

DE ROSSI, Vera Lucia Sabongi. Retrato da escola no Brasil, sem retoques. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 94, abr. 2006.

HADDAD, Fernando. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, Princípios e Programas**. 2007. Disponível em: www.mec.gov.br/arquivos/livro/LIVRO8.swf . Acesso em: 20 jul. 2011.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto 47.789, de 07 de abril de 2011. Pacto Gaúcho pela Educação. Dispõe sobre a criação de uma rede de instituições de ensino superior, ensino médio e ensino profissionalizante do Estado do Rio Grande do Sul.

RODRIGUES, Leonardo Guimarães. **Documento Técnico** 01 CE, MA e MT contendo – resultados alcançados com as ações de capacitação do LSE e as propostas e orientações técnicas formuladas para correção e ajustes nos dados coletados e lançados no sistema LSE no mês de Fevereiro de 2010. 2010. Disponível em: ftp://ftp.fnde.gov.br/pub/lse/Leonardo_Produto1_CE_MA_MT.PDF . Acesso em: 20 jul. 2011.

SAVIANI, Dermeval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, out. 2007.